

EDUCAÇÃO MUSICAL PARA SURDOS: DOS DIREITOS ÀS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EM TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lídia Vieira Machado Quintilhano ¹

Danieli Tavares ²

Rafael Cavichioli Teixeira ³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os fundamentos e as compreensões que orientam as práticas de educação musical para surdos e não surdos em turmas dos anos finais do ensino fundamental de escolas do município de São Paulo. A abordagem metodológica contempla um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, e a proposição de práticas de educação musical resultantes do processo de pesquisa e das abordagens universalistas. A partir da noção de educação musical para surdos, de Schambeck (2017), este estudo propõe caminhos para a construção de atividades de experimentação musical voltadas para as práticas inclusivas, tanto dentro quanto fora das salas de aula na educação básica. Além disso, valoriza-se a articulação das abordagens universalistas com o sociointeracionismo de Vygotsky (2021), bem como se enfatiza a formação de professoras e estudantes e a necessidade de uma prática da liberdade para aprender e sentir a música, em diálogo com Freire (2001) e sua abordagem humanizadora. Por fim, o trabalho destaca a necessidade de incentivar docentes na busca por compreensões e recursos pedagógicos que fundamentam práticas inclusivas em diferentes contextos escolares, garantindo, assim, o direito à educação musical. Como resultado da pesquisa, na perspectiva de uma educação colaborativa, é compartilhado um material com estratégias para a organização dos processos educativos e o desenvolvimento de atividades práticas na educação musical.

Palavras-chave: Aprendizagem musical, Musicalidade, Práticas inclusivas, Processos educativos, Percepção musical.

INTRODUÇÃO

O ensino de música na escola constitui um campo essencial para o desenvolvimento humano em suas dimensões cognitivas, emocionais, sensoriais e sociais. No entanto, quando se trata da inclusão de estudantes surdos, ainda é possível observar lacunas no que diz respeito à efetivação de práticas musicais acessíveis e significativas. Este trabalho parte da compreensão de que a música é uma linguagem multissensorial e universal, capaz de

¹ Estudante do 4º ano no Curso de licenciatura em Linguagem, da Faculdade SESI-SP de Educação, lidia.quintilhano@faculdadesesi.edu.br

² Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente no Curso de licenciatura em Linguagem, da Faculdade SESI-SP de Educação, dtavares@sesisenaisp.org.br;

³ Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente Surdo no Curso de licenciatura em Linguagem, da Faculdade SESI-SP de Educação, rafael.cavichioli@sesisp.org.br.

promover o encontro entre diferentes modos de percepção e expressão, o que a torna um espaço privilegiado para o diálogo entre surdos e ouvintes.

De acordo com Schambeck (2017), a educação musical para surdos deve se fundamentar na ampliação das vias sensoriais de percepção, valorizando o corpo, o tato e a visão como mediadores do som. Essa concepção rompe com a ideia de que a musicalidade depende exclusivamente da audição e defende que o ensino de música é também uma vivência estética e social. A partir dessa perspectiva, entende-se que o papel da escola é possibilitar experiências de escuta ampliada, nas quais os sujeitos possam sentir e produzir música por meio de vibrações, movimentos e imagens.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da observação de práticas de ensino em escolas públicas do município de São Paulo e da constatação da ausência de atividades musicais voltadas à inclusão de estudantes surdos nos anos finais do ensino fundamental. Tal constatação revelou a necessidade de investigar fundamentos teóricos e pedagógicos que orientem uma prática musical acessível, reconhecendo a diversidade sensorial como parte da construção do conhecimento. Assim, justifica-se este estudo pela urgência de se repensar o papel da educação musical no contexto da educação inclusiva, especialmente quanto à formação de professores e professoras sensíveis à diferença.

O objetivo central deste trabalho é apresentar compreensões teóricas e propor caminhos pedagógicos para o ensino de música em turmas compostas por surdos e ouvintes, considerando as práticas inclusivas como direito à arte e à expressão. Para isso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, articulando as contribuições de Schambeck (2017) sobre educação musical inclusiva com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (2021), que destaca a mediação e a interação social como elementos fundamentais do aprendizado, e com a pedagogia libertadora de Freire (2001), que compreende a educação como prática da liberdade e da humanização.

Na abordagem metodológica, a investigação buscou identificar princípios e estratégias pedagógicas que permitam integrar os diferentes modos de escuta e de participação musical na escola. O estudo resultou na elaboração de propostas de experimentação musical que valorizam o corpo e as vibrações como instrumentos de aprendizagem e comunicação estética. Essas práticas, fundamentadas no sociointeracionismo e em abordagens universalistas, indicam que a música pode ser vivenciada de forma plena por todos os estudantes, independentemente de suas condições sensoriais.

Os resultados obtidos demonstram que a educação musical inclusiva promove o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de surdos e ouvintes, além de fortalecer o

sentimento de pertencimento e a valorização das diferenças. Observou-se que, ao vivenciar atividades musicais acessíveis, os alunos e alunas ampliam suas formas de expressão, reconhecem a música como linguagem comum e constroem vínculos de cooperação e respeito mútuo.

Por fim, este trabalho reafirma que o ensino de música deve ser compreendido como prática humanizadora, sensível e transformadora. A relação dialógica entre os autores Schambeck (2017), Vygotsky (2021) e Freire (2001) revela que a educação musical inclusiva não se limita à adaptação metodológica, mas se constitui como um ato político de reconhecimento da diversidade humana. Assim, ao promover a escuta do corpo e das emoções, a escola torna-se um espaço de liberdade, de criação e de igualdade, garantindo a todos o direito de sentir e fazer música.

METODOLOGIA

A pesquisa está fundamentada em uma abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, voltada à compreensão dos princípios teóricos e pedagógicos que sustentam a educação musical inclusiva para surdos. A escolha por essa abordagem se justifica pelo interesse em analisar de modo interpretativo as contribuições de Schambeck (2017), Vygotsky (2021) e Freire (2001), buscando estabelecer relações entre suas concepções e as práticas pedagógicas musicais que favorecem a acessibilidade e a inclusão.

Ademais, o estudo está empenhado na leitura crítica de obras que tratam da musicalização de surdos, da mediação cultural no processo de aprendizagem e da educação libertadora. Essa análise teórica permitiu identificar princípios para a construção de práticas musicais intermodais, que utilizam o corpo, as vibrações e os elementos visuais como mediadores do som.

Além do levantamento bibliográfico, o trabalho incluiu a elaboração de propostas pedagógicas voltadas para professores da educação básica, com foco nos anos finais do ensino fundamental. Essas propostas buscam traduzir os fundamentos teóricos em experiências concretas, nas quais a música é vivenciada por meio de experimentações sensoriais, colaborativas e criativas. A metodologia, portanto, combina reflexão teórica e proposição prática, resultando em um material orientador para o ensino de música inclusiva nas escolas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação musical, enquanto prática cultural e formativa, constitui um espaço privilegiado de desenvolvimento humano, expressão simbólica e inclusão social. Quando compreendida sob a perspectiva da diferença, a educação musical ultrapassa o domínio puramente sonoro e amplia o campo das experiências sensoriais e corporais. Essa compreensão é fundamental para o ensino de música nas vivências de estudantes surdos, pois desloca a ênfase da audição para o sentir, o vibrar e o compartilhar musicalmente com o outro.

Schambeck (2017) propõe uma concepção de musicalização para surdos baseada nas dimensões visuais, táteis e vibratórias do som. Para a autora, a música deve ser compreendida como experiência estética multissensorial e acessível, capaz de ser percebida e vivenciada por diferentes meios sensoriais. Assim, o corpo se torna o principal instrumento de mediação, funcionando como espaço de escuta e expressão. Em sua abordagem, Schambeck afirma que a musicalidade não é atributo exclusivo de quem ouve, mas uma capacidade humana universal que se manifesta por meio da percepção do ritmo, da vibração, do movimento e da emoção. A educação musical inclusiva, portanto, exige do educador o reconhecimento de que a escuta pode se realizar por meio de outros sentidos, valorizando o olhar, o toque e o sentir corporal como vias legítimas de apreensão musical.

A importância da formação docente para o trabalho com estudantes surdos também é ressaltada por Schambeck (2017), para quem o ensino musical deve romper com práticas capacitistas e propor experiências pedagógicas que possibilitem a participação plena de todos. Nesse sentido, o professor assume o papel de mediador sensível, capaz de traduzir o som em experiências perceptivas acessíveis e significativas. A musicalização, então, deixa de ser mera reprodução de sons e passa a constituir um processo de experimentação estética e afetiva, na qual a vibração e o movimento se tornam linguagens pedagógicas.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (2021), segundo a qual o conhecimento se constrói por meio das interações sociais e das mediações culturais. Para o autor, o desenvolvimento humano é resultado de processos simbólicos e compartilhados, nos quais o sujeito é ativo na produção de sentidos. Aplicado à educação musical, esse princípio implica compreender que o estudante surdo aprende a partir da mediação do outro, do contato com objetos culturais (como instrumentos e gestos musicais) e da criação de significados em grupo. A música, nesse contexto, torna-se ferramenta cultural e social que potencializa a linguagem, o pensamento e a emoção.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), desenvolvido por Vygotsky (2021), é especialmente relevante para a prática pedagógica inclusiva, pois evidencia que o aprendizado acontece quando o aluno é desafiado a avançar além do que já domina, com o apoio do educador. No ensino de música para surdos, isso significa oferecer experiências que respeitem os ritmos individuais de aprendizagem e que utilizem recursos acessíveis — como vibrações, gestos, imagens e dinâmicas corporais — que possibilitem a apropriação da linguagem musical de forma significativa. Vygotsky também enfatiza que o desenvolvimento das pessoas com deficiência não deve ser visto sob o prisma da limitação, mas da potencialidade, porque toda diferença pode se converter em força criadora, desde que a sociedade e a escola ofereçam condições de mediação adequadas.

O pensamento de Paulo Freire (2001) complementa essa abordagem ao conceber a educação como ato político, ético e libertador. Para Freire, ensinar é um gesto de amor e de escuta sensível, em que o educador reconhece o estudante como sujeito do conhecimento. No contexto da educação musical inclusiva, essa visão implica compreender que a música é um direito humano e um meio de emancipação cultural. A prática musical, quando vivida de forma dialógica e participativa, contribui para o fortalecimento da identidade, da autonomia e da expressão dos sujeitos. O ensino de música, inspirado em Freire, deve, portanto, promover a escuta do outro — não apenas do som, mas da experiência e da sensibilidade de cada estudante.

A articulação entre Schambeck (2017), Vygotsky (2021) e Freire (2001) revela uma concepção de educação musical inclusiva que integra corpo, cultura e diálogo. Nessa perspectiva, a aprendizagem musical é um processo de construção coletiva, mediado pela interação e pela reflexão crítica, em que o sentir e o pensar se unem na criação de significados. A música, vivida como linguagem plural e acessível, transforma-se em espaço de humanização e de reconhecimento das diferenças sensoriais e culturais presentes na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos referenciais teóricos (Schambeck, 2017; Vygotsky, 2021; Freire, 2001) e das práticas educativas que ocorrem em algumas escolas de São Paulo, resultou em uma síntese que reafirma a possibilidade e a necessidade da educação musical para estudantes surdos. Observou-se que, ao considerar a escuta como fenômeno multissensorial, o ensino de música amplia seus significados e potencializa a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições auditivas.

Com base em Schambeck (2017), verificou-se que o uso de recursos vibratórios, visuais e táteis permite ao estudante surdo participar ativamente da construção sonora, reconhecendo o corpo como instrumento de escuta e expressão. As atividades que envolvem movimento, luz, ritmo corporal e uso de instrumentos de percussão fortalecem a percepção rítmica e favorecem a criação musical coletiva.

Em consonância com Vygotsky (2021), compreende-se que o desenvolvimento da musicalidade depende da mediação social e da interação com o outro. Quando o professor atua como mediador sensível, promove a passagem da vivência individual para o aprendizado compartilhado, permitindo que o aluno avance em sua Zona de Desenvolvimento Proximal. Isso torna o ambiente escolar um espaço de cooperação e construção conjunta de sentidos musicais.

Na perspectiva de Freire (2001), a música aparece como ato de liberdade e de reconhecimento da identidade cultural. A educação musical inclusiva, nesse sentido, não se limita a adaptar conteúdos, mas propõe a transformação da escola em um lugar de diálogo, pertencimento e criação. O educador que ensina música sob essa ótica humanizadora contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua capacidade de sentir e expressar o mundo.

Os resultados apontam, portanto, que a articulação entre os referenciais de Schambeck (2017), Vygotsky (2021) e Freire (2001) possibilita construir práticas musicais democráticas, sensíveis e emancipatórias. Essas práticas reconhecem o corpo como território de escuta, o outro como parceiro de aprendizagem e a música como linguagem universal de inclusão. Os resultados de pesquisa demonstram, ainda, que a formação docente desempenha papel central na efetivação desse processo, pois é por meio da escuta pedagógica — aberta e empática — que o ensino musical se transforma em experiência de encontro, igualdade e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa reafirma que o ensino de música para estudantes surdos não apenas é possível, mas essencial à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, humanizadora e sensível à diversidade. A música, compreendida como linguagem multissensorial e prática cultural compartilhada, merece ser reconhecida como direito de todas e todos, independentemente das condições sensoriais de cada sujeito.

Com base nos estudos de Schambeck (2017), defende-se que a educação musical voltada às pessoas surdas deve valorizar a pluralidade dos sentidos e das formas de escuta. A

musicalidade, nesse contexto, não se limita à audição, mas emerge da vibração, do movimento, do olhar e da emoção. A autora demonstra que o corpo é mediador da experiência musical, funcionando como um instrumento de percepção e expressão. Assim, as práticas pedagógicas precisam oferecer oportunidades para que o estudante surdo vivencie a música por meio de estímulos vibratórios, táteis e visuais, transformando a escuta em experiência estética e cognitiva. Essa abordagem amplia a noção de musicalidade e rompe com visões restritivas que associam a música apenas ao som, abrindo caminho para um fazer musical que reconhece e valoriza todas as sensibilidades humanas.

A reflexão proposta por Vygotsky (2021) contribui para compreender que o processo de aprendizagem musical é essencialmente social e mediado. O desenvolvimento das capacidades musicais ocorre por meio da interação entre o aluno e o professor, e entre o sujeito e a cultura. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito central em sua teoria, explica que o aluno pode atingir níveis mais elevados de compreensão e expressão musical quando apoiado por um mediador competente. No caso dos estudantes surdos, a mediação se materializa em práticas pedagógicas que traduzem o som em vibração, gesto e visualidade, permitindo que o conhecimento musical se construa de forma significativa. Vygotsky também destaca que a diferença não deve ser vista como deficiência, mas como potencialidade, uma vez que cada sujeito aprende de acordo com suas condições de interação com o meio e com os recursos culturais disponíveis. Desse modo, a educação musical inclusiva é um espaço de superação de barreiras simbólicas e de valorização da pluralidade sensorial.

Em diálogo com Freire (2001), o ensino de música assume o papel de prática da liberdade. Para o autor, educar é um ato político e amoroso, que se realiza por meio do diálogo e do reconhecimento do outro como sujeito de saber. Aplicada à educação musical, essa concepção revela que ensinar música é também escutar o corpo, a história e a cultura do aluno. É permitir que cada estudante — surdo ou ouvinte — participe da produção do conhecimento artístico, exercitando sua autonomia e sua capacidade de criar. Assim, a prática docente se torna um processo de emancipação, no qual o professor deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a ser um mediador de experiências, um facilitador de encontros sonoros, visuais e emocionais.

A articulação entre os postulados de Schambeck (2017), de Vygotsky (2021) e de Freire (2001) indica que a educação musical inclusiva deve unir sensibilidade, mediação e diálogo. Essa tríade orienta uma prática educativa que reconhece o corpo como território de escuta, o outro como parceiro de aprendizagem e a música como espaço de encontro e

transformação. A escuta musical, nesse sentido, não é apenas fisiológica, mas também ética e política: ouvir o outro é reconhecer sua existência e seu direito de expressar-se.

A partir das análises realizadas, conclui-se que a formação docente tem papel decisivo na efetivação de uma educação musical inclusiva. É indispensável que os cursos de Licenciatura em Música, Pedagogia e Artes incorporem discussões sobre cultura surda, acessibilidade e multissensorialidade, preparando professores e professoras para criar ambientes de aprendizagem colaborativos e sensíveis à diferença.

Como desdobramento deste estudo, foram elaboradas propostas pedagógicas, em formato de E-book⁴, que traduzem os referenciais teóricos em práticas concretas de sala de aula, centradas na experimentação vibratória, corporal e visual. Essas práticas demonstram que a música pode ser vivida por todos e que, quando acessível, torna-se experiência de pertencimento, de empatia e de liberdade.

Em síntese, o ensino de música fundamentado nos princípios de Schambeck (2017), Vygotsky (2021) e Freire (2001) conduz a uma educação que reconhece o ser humano em sua totalidade — sensível, cognitiva, social e cultural. A música, nesse contexto, deixa de ser mero conteúdo curricular e passa a ser linguagem de humanização, capaz de unir o sentir e o pensar, o som e o silêncio, o individual e o coletivo. Educar musicalmente é, portanto, um ato de esperança, de acreditar que toda pessoa, por meio da escuta do corpo e da escuta do outro, pode compor sua própria canção de existência.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SCHAMBECK, R. F. **Educação musical para surdos: ver, ouvir/sentir, tocar**. Florianópolis: UDESC, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José A. Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

QUINTILHANO, L. V. M. **Educação musical inclusiva: fundamentos e práticas pedagógicas para surdos e ouvintes no ensino fundamental**. São Paulo, 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Linguagem) - Faculdade Sesi de Educação.

⁴ A elaboração do E-book está associada ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Educação musical inclusiva: fundamentos e práticas pedagógicas para surdos e ouvintes no ensino fundamental”, de Lídia Vieira Machado Quintilhano (2025). Disponível em: [Ebook - Do Corpo ao Som Caminhos da Educação Musical no Campo Sensorial.pdf](#).